	<p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata</p>	<p>LAS/RAS-SLA Nº 3040/2022 PARECER TÉCNICO SEI! 51665013 Data: 19/08/2022 Página 1 de 8</p>
--	--	--

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada Nº 51665013			
PA COPAM Nº: 3040/2022	SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento		
EMPREENDEDOR:	Prefeitura Municipal de Ibertioga	CNPJ:	18.094.839/0001-00
EMPREENDIMENTO:	Prefeitura Municipal de Ibertioga	CNPJ:	18.094.839/0001-00
MUNICÍPIO:	Ibertioga - MG	ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Não há incidência de critério locacional			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM Nº 217/2017):	CLASSE	C/LOC
E-03-07-9	Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos	2	0
E-03-07-8	Estação de transbordo de resíduos sólidos urbanos	2	0
RESPONSÁVEL TÉCNICO: Flávio Campos Freire	ART: MG 202.107.09874	REGISTRO CREA: RJ 0163654D-MG	
AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA	ASSINATURA	
Sarah Gusmão Gestora Ambiental (Geógrafa)	1.194.217- 4		
De acordo: Lidiane Ferraz Vicente Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.097.369-1		

	<p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata</p>	<p>LAS/RAS-SLA Nº 3040/2022 PARECER TÉCNICO SEI! 51665013 Data: 19/08/2022 Página 2 de 8</p>
--	--	--

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)
Nº SEI! Nº51665013- PA 3040/2022


Em 10/08/2022, a Prefeitura Municipal de Ibertioga – MG, solicitou via *Plataforma EcoSistemas*, Licença Ambiental Simplificada para renovação das atividades de (E-03-07-9) *Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos*, (E-03-07-8) *Estação de transbordo de resíduos sólidos urbanos*.

Outrora, o empreendimento operou sob Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) para as atividades Aterro Sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte – ASP (E-03-7-7) e Estação de Transbordo de Resíduos Sólidos Urbanos (E-03-07-8), válida até 26/10/2021. Para o período de operação das atividades após validade da licença foi lavrado auto de infração 293462/2022.

Conforme informação prestada via *Plataforma-EcoSistemas*, e averiguadas na ocasião desta análise, via *Plataforma IDE-MG*, o empreendimento não está localizado em área com incidência de Critério Locacional de Enquadramento, conforme ANEXO I - Tabela 4, da DN COPAM 217/217.

Foi apresentado Certidão de Registro de Imóveis do “1º Ofício de Registro de Imóveis de Barbacena- MG”, de titularidade da Prefeitura Municipal de Ibertioga - MG, sob Registro de Matrícula Nº 30066.

Foi apresentado Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no CAR: MG-3129400-A298118169114FC68A4B8026E075D331 no qual foi identificado uma sutil diferença entre a área registrada em cartório (3,3320 ha) e a área medida (3,1117 ha). Para quaisquer das medidas adotadas, a Reserva Legal declarada (0,2101 ha) corresponde a mais de 20% da área do imóvel, mínimo disposto na Lei 20.922/2013.

	<p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata</p>	<p>LAS/RAS-SLA Nº 3040/2022 PARECER TÉCNICO SEI! 51665013 Data: 19/08/2022 Página 3 de 8</p>
--	--	--

Cabe ressaltar que a Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 3.132, que entrou em vigor em 07 de abril de 2022, dispõe através do seu Art. 5º, inciso IV, que a análise individualizada dos imóveis rurais inscritos no CAR e referente à processos de licenciamento ambiental simplificado, será realizada por intermédio das URFBios do IEF.

O empreendimento sofreu alteração em relação à sua composição anterior, em suprimir a atividade, até então realizada de aterramento de resíduos sólidos urbanos, após triagem. Embora o empreendedor possuísse AAF para tal atividade, observou-se ao logo da análise que o aterramento de resíduos funcionava sem quaisquer sistema de proteção ao solo e ao lençol freático, pratica vedada conforme legislação Lei nº 18.031/2009. *Art. 19 - O solo e o subsolo somente poderão ser utilizados para armazenamento, acumulação, tratamento e disposição final de resíduos sólidos se essas ações forem feitas de forma técnica e ambientalmente adequada e autorizadas pelo órgão ambiental competente.*

Acrescenta-se ao fato a possibilidade de a prática poder ter ocasionado em contaminação ambiental, tendo o empreendedor a obrigação, conforme *Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH nº 02, de 08 de setembro de 2010* de realizar de áreas diagnóstico da área e, a partir do resultado deste, realizar atividades de intervenção e reabilitação. Concomitantemente, cabe ao empreendedor realizar preenchimento do *Formulário de Áreas Contaminadas – FEAM*. Ambas orientações estão dispostas no Anexo I deste parecer, referente às condicionantes para esta Licença Ambiental Simplificada.

A capacidade nominal instalada para processo de triagem e compostagem é de 1,5 tonelada/dia. A utilização média da capacidade instalada é de 76,6% no exercício das atividades em 2021.


	<p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata</p>	<p>LAS/RAS-SLA Nº 3040/2022 PARECER TÉCNICO SEI! 51665013 Data: 19/08/2022 Página 4 de 8</p>
--	--	---

A origem dos resíduos sólidos a serem destinados para a Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos são provenientes do serviço de coleta urbana de Ibiritoga – MG. O processo tem início com a coleta dos RSU pelo município para coleta seletiva. No galpão, ocorre a separação dos itens papelão, papel e plástico que em seguida são acondicionados em baias até a destinação final. Também é realizado a separação do material orgânico, que é triturado e depositado em leiras no pátio de compostagem até a completa maturação. Após este momento, segue para aplicação nos jardins do município. O rejeito do processo de triagem é acondicionado temporariamente em baias, de onde partem para aterro sanitário regularizado ambientalmente

O empreendimento contará com um quadro de 11 funcionários, sendo 10 funcionários na parte operacional e 1 funcionário no setor administrativo. O turno de trabalho será de 8h/dia. Os equipamentos que serão utilizados na operação da UTC são: um caminhão basculante, uma prensa hidráulica, uma balança, um desintegrador.

A água utilizada para consumo humano e limpeza das estruturas do empreendimento no local será proveniente de captação em surgência, regularizada por meio da Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico Nº 176317/2020, para 3 m³/dia. O consumo máximo informado foi de 1,08 m³/ dia, consonante ao volume outorgado.

Há também uma estrutura administrativa, com refeitório e sanitários, cuja a geração de efluente sanitários declarada é 1,08 m³/dia. O efluente em questão é tratado em sistema fossa - filtro e lançado em sumidouro. Tendo em vista a inexistência de legislação cujos parâmetros sejam aplicáveis ao lançamento em solo, não será condicionado monitoramento do efluente sanitário pós tratamento. Importa salientar que cabe ao empreendedor o correto dimensionamento do sistema fossa séptica, incluindo a vala sumidouro, em conformidade com as normas técnicas NBR/ABNT pertinentes, e que as manutenções e limpezas

	<p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata</p>	<p>LAS/RAS-SLA Nº 3040/2022 PARECER TÉCNICO SEI! 51665013 Data: 19/08/2022 Página 5 de 8</p>
--	--	--


sejam realizadas corretamente, de modo que o sistema responda conforme fora projetado, dentro das especificações técnicas, cabendo ao empreendedor e responsável técnico a garantia de tais ações e do pleno funcionamento do sistema.

O empreendimento possui pátio de compostagem revestido em concreto, galpão de triagem (piso de concreto e laterais e teto cobertos) e área de depósito temporário de resíduos (baias). O pátio de compostagem possui canaletas para captação de percolados e posterior direcionamento para o sistema de tratamento composto por tanque séptico, seguido de filtro anaeróbio e sumidouro. Semelhantemente, as águas pluviais em contato com as leiras de compostagem possuem o mesmo direcionamento em canaletas e tratamento.


Os recicláveis já triados e os rejeitos não aproveitáveis são armazenados temporariamente em baias, e são periodicamente destinados para aterro sanitário regularizado ambientalmente “*Ecovia Valorização de Resíduos LTDA*” Por intermédio do consórcio público intermunicipal de resíduos “*Ecotres*”. Para monitoramento da gestão dos resíduos sólidos urbanos foi proposto preenchimento de planilhas de caracterização com entrega anual no SEI! consonante com a legislação vigente.

Não foram consideradas como significativas emissões atmosféricas ou de ruído.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o deferimento do pedido de renovação de Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “*Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos, (E-03-07-8) Estação de transbordo de resíduos sólidos urbanos*” no município de Ibiriti-MG, por 10 anos vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

	<p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata</p>	<p>LAS/RAS-SLA Nº 3040/2022 PARECER TÉCNICO SEI! 51665013 Data: 19/08/2022 Página 6 de 8</p>
--	--	---

Este Parecer Técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo de licenciamento. Não foi realizada vistoria ao local, sendo, portanto, o empreendedor e, ou consultor(es) o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste Parecer.

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata</p>	<p style="text-align: right;">LAS/RAS-SLA Nº 3040/2022 PARECER TÉCNICO SEI! 51665013 Data: 19/08/2022 Página 7 de 8</p>
--	--	--

ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento **“Prefeitura Municipal de Ibertyoga”**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Comprovar preenchimento do Formulário de Áreas Contaminadas, disponível no endereço http://feam.br/-qualidade-do-solo-e-areas-contaminadas/declaracoes-de-areas-contaminadas .	Até 30 dias após concessão da Licença Ambiental Simplificada
03	Comprovar realização de Avaliação Preliminar da Área com Potencial de Contaminação de acordo com a norma da ABNT 15515-1 (O estudo deverá ser protocolado no SEI! FEAM-GERAQ para fins de análise do estudo).	Etapa de diagnóstico protocolada em 90 dias após concessão da Licença Ambiental.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-MATA, face ao desempenho apresentado.

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Prefeitura Municipal de Ibertioga”

2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram XXX, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.


(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas

	<p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata</p>	<p>LAS/RAS-SLA Nº 3040/2022 PARECER TÉCNICO SEI! 51665013 Data: 19/08/2022 Página 9 de 8</p>
--	--	---

pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.